



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO – 26844/2023

OBJETO

Construção de Pista de Skate, calçadas, proteções nas dependências da quadra e reforma de parquinho e coreto, na Praça Clóvis Corrêa – Bairro Jardim Valença, Valença/RJ.

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é esclarecer detalhadamente a necessidade e identificar a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

ÁREA REQUISITANTE

Secretaria Municipal de Obras e Planejamento Urbano

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrevemos a necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º, inciso I da IN 40/2020).

- A Praça Clóvis Corrêa, localizada no Bairro Jardim Valença em Valença/RJ, possui uma área aproximada de 7.018,27 m², contando com uma quadra poliesportiva coberta com uma área sob a arquibancada sem proteção e segurança, um parquinho em estado precário, um coreto e jardins gramados entre vias de acesso. As calçadas da Praça, limítrofes com as ruas do bairro são desniveladas e sem os padrões de acessibilidade indispensáveis. Faz-se necessária uma recuperação dos espaços existentes, objetivando o conforto e a segurança dos



usuários, que se tratam de moradores dos bairros: Jardim Valença, Água Fria, São José das Palmeiras e Barroso, totalizando uma população estimada de 6.000 pessoas;

- Objetivando o estímulo a prática do esporte e lazer, como forma de minimização dos riscos sociais neste local que já possui uma quadra poliesportiva, projetamos também a construção de uma Pista de Skate, modalidade que vem crescendo substancialmente, principalmente após o sucesso de alguns atletas brasileiros em competições de nível mundial;
- As intervenções definidas em projeto são de extremo interesse social, pois beneficiarão cidadãos residentes em bairros populosos, com boa parte das famílias de baixo poder aquisitivo e sem outras áreas próximas adequadas para práticas esportivas, principalmente a parcela mais jovem dos beneficiários, no que se refere ao Skate;
- O Município não possui em seu quadro efetivo de servidores, mão de obra qualificada para execução dos serviços, bem como, não possui equipamentos adequados para cumprimento de requisitos qualitativos e de segurança das obras, pois não se trata de ações rotineiras do Poder Executivo Municipal. Com base no exposto, faz-se necessária a contratação de empresa especializada, ou seja, com capacidade técnica comprovada em referência ao objeto.

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Fundamentação: Trata da demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21), ou justificativa quando da ausência do PCA.

Quanto a este critério da Lei 14.133/21, não temos o planejamento prévio da obra, pois trata-se de uma Emenda Parlamentar Especial – Plano de Ação 09032023-038348, portanto transferência discricionária do Governo Federal, não prevista anteriormente no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, compatibilizada na Lei



Orçamentária Anual através de Crédito Especial sob a Funcional Programática 15.452.0010.1.447. Além de se tratar de um recurso extraorçamentário, o Município ainda se estrutura para realização e controle de Plano de Contratações Anual através de Secretaria responsável.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso II da IN 40/2020).

- Os requisitos, alternativas, escolhas e resultados pretendidos encontram-se especificados no Projeto de Engenharia/Arquitetura do Objeto, tendo como peças técnicas: Plantas de Arquitetura/Engenharia, Memória de Cálculo de serviços e materiais (parte da Planilha de Orçamento), Memorial Descritivo com a demonstração da proposição construtiva, Planilha Orçamentária no padrão SINAPI (base de preços do Governo Federal), complementada com padrão EMOP (base de preços da Empresa Municipal de Obras Públicas – Rio de Janeiro) e Cronograma Físico-Financeiro;
- As empresas concorrentes à realização do trabalho deverão comprovar capacidade técnica de execução dos serviços, através de Atestados emitidos por órgãos públicos e/ou privados que tenham realizado obras similares. Tais Atestados devem estar nos padrões do Conselho de Arquitetura (CAU) e/ou de Engenharia (CREA);
- Critérios de segurança, como utilização de EPI, placas de sinalização, proteções e comunicados prévios de bloqueios de acesso para carga e descarga de materiais e equipamentos deverão ser aplicados em todo período de execução. Devendo constar tal exigência no Edital correspondente ao objeto;
- Quanto a sustentabilidade, principalmente a gestão dos resíduos de retiradas e demolições, deve haver por parte do executor com o acompanhamento dos fiscais do Município um planejamento quanto ao aproveitamento da maior parte dos materiais na própria obra e o descarte do que não for aproveitado em local



adequado indicado pelo Corpo Técnico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso V da IN 40/2020).

- A estimativa das quantidades foi realizada dentro dos padrões de projetos de Engenharia/Arquitetura, para cada item de execução do objeto, em coluna específica da Planilha Orçamentária, nomeada “Memória de Cálculo”;
- Objetivando maior transparência foram confeccionadas duas Planilhas Orçamentárias com as devidas Memórias de Cálculo, sendo uma para recuperação e melhoria dos itens já existentes na praça e outra para construção da pista de skate, havendo a emissão de uma Planilha Consolidada demonstrando o valor global de investimento;
- A composição dos itens, que engloba a unidade utilizada, e a quantidade de insumos/materiais por unidade já é obtida diretamente na tabela SINAPI do Governo Federal. A quantidade final de cada item foi obtida através de levantamento de campo com trena a laser e levantamento cadastral preliminar, mensurando o que se pretende e observando os devidos critérios de qualidade/economicidade.

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).



O Corpo Técnico de Engenharia/Arquitetura do Município elaborou o projeto em questão, considerando os seguintes critérios técnicos e econômicos:

- a) Consideração do benefício intangível que essa obra proporcionará à comunidade após a sua entrega e início do uso dos equipamentos de esporte e lazer;
- b) Adequação do valor disponível da Emenda Especial às necessidades locais, compatibilizando qualidade e custo dos serviços previstos na tabela SINAPI do Governo Federal;
- c) Consideração dos materiais e modelos construtivos comuns na região, bem como serviços auxiliares de fácil acesso como aluguel de caçambas;
- d) Detalhamento de serviços e materiais adequados a cada etapa da obra em Memorial Descritivo primando pelo emprego correto dos esforços e minimização dos desperdícios;
- e) Apoio específico de Arquiteto (colaborador voluntário), com experiência comprovada em Pista de Skate, no que se refere a elaboração da documentação técnica para construção deste bem público;
- f) Não há condições de simulação com diferentes opções de mercado para o objeto pretendido, pois temos uma base de preços "SINAPI" que é um padrão do Governo Federal que garante segurança e qualidade de maneira uniforme a todos os entes públicos, complementada com alguns itens da base de preços EMOP (Empresa Municipal de Obras Públicas – Rio de Janeiro) e os serviços realizados observam também uma metodologia padrão;
- g) A forma mais segura para o ente público que se traduz em: conveniência, economicidade e eficiência é o desenvolvimento de um projeto embasado nas soluções atendidas com materiais comuns ao mercado da região, dentro dos padrões SINAPI, seguindo os trâmites legais da Lei 14.133/2021, sob empreitada global, tendo a execução devidamente fiscalizada por profissionais vinculados ao quadro permanente do Município.



6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VI da IN 40/2020).

O preço global estimado da obra é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), com Itens de Preço detalhados em Planilha Orçamentária anexa (padrão SINAPI, com alguns itens adequados a EMOP “Empresa Municipal de Obras Públicas - Rio de Janeiro”, por ausência no SINAPI), Data Base 09/2023. A Planilha Orçamentária que também é composta de uma Memória de Cálculo faz parte do Projeto Básico.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da IN 40/2020).

Como já esclarecido, a melhor solução para a obra é uma empreitada global, seguindo a nova lei de licitações, modalidade Concorrência (menor preço), predominantemente na base de custos SINAPI, tendo por requisito de execução a seleção de empresas com comprovada experiência (Acervo Técnico) nas demandas construtivas do projeto, sendo estas:

- A execução da pista de skate que deverá ser em concreto polido, pois é o material com maior durabilidade e menor necessidade de manutenções, garantindo a prática do esporte com conforto e segurança por longos períodos, como pode ser observado no conjunto de projetos anexados. A pista permitirá uma evolução do skate podendo ser utilizada por atletas experientes e iniciantes,



seguindo as recomendações do esporte para que esta tenha o mínimo de manutenção e riscos de acidentes.

- O projeto contempla também reforma nas dependências da quadra existente na praça, com proteções destinadas diretamente a segurança. Prevê a execução de nova calçada com piso tátil e meio-fios ao redor da praça. O parquinho existente passará por uma pequena reforma, juntamente com a pintura do coreto.

8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020).

Não há parcelamento da solução, pois os trabalhos a serem executados dizem respeito a obras civis de média complexidade, previstas para o mesmo local “Praça Clovis Corrêa”. Necessitando tão somente de um panejamento adequado, tendo por base o Cronograma Físico-Financeiro do Projeto.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável; (Art. 7º, inciso X da IN 40/2020)

Os resultados pretendidos são:



- maior participação da comunidade do bairro Jardim Valença e demais bairros limítrofes em programas de esporte e lazer que poderão ser desenvolvidos tanto por entes públicos quanto por organizações da sociedade civil;
- Incentivo e promoção do Skate na cidade de Valença/RJ;
- Segurança e preservação dos espaços livres da praça, bem como acessibilidade a todos os cidadãos;
- O Poder Público Municipal terá como meta o desenvolvimento de programas para ocupação e uso do espaço, podendo haver pesquisas de satisfação e medição de participação, buscando sempre o aperfeiçoamento da oferta pública e um processo de inclusão consistente.

10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso XI da IN 40/2020).

As seguintes providências deverão ser adotadas pela Administração Pública Municipal antes da celebração do contrato de execução:

- a) Comunicação a todos os diretamente interessados no investimento (stakeholders): moradores, usuários da praça, demais órgãos públicos, órgãos de segurança etc...;
- b) Preparação dos fiscais de contrato quanto a postura junto a empresa executora e demais interessados;
- c) Planejamento das ações de mobilização e desmobilização do canteiro de obras;
- d) Definição das reponsabilidades internas do Contratante, visando dar celeridade aos processos que dizem respeito ao objeto durante a execução.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES



Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VIII da IN 40/2020).

Não há contratação correlata/interdependente ao objeto em questão, tratando-se de ação isolada de reforma e modernização de um espaço esportivo e de lazer.

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento. (Art. 7º, inciso XII da IN 40/2020)

Não visualizamos impactos ambientais na execução do objeto, pois a vegetação existente no local será preservada, a maior parte dos materiais de retiradas e demolições (terra e pedras) serão aproveitados na própria obra e a parte não utilizável será descartada em local adequado indicado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente. A tipologia da obra não requer uso significativo de energia elétrica. Quanto ao equipamento público, este já possui lixeiras em pontos estratégicos, com recolhimento rotineiro dos resíduos sólidos e envio a aterro sanitário pertencente a Consórcio fora do Município de Valença/RJ.

13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)



Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (Art. 7º, inciso XIII da IN 40/2020)

Declaramos que há viabilidade técnica na contratação para solução pretendida, com projeto elaborado por profissionais capacitados dentro dos padrões exigidos para instrumentos legais celebrados com o Governo Federal, o que orienta o viés técnico adotado. No contexto operacional, o ambiente da obra é totalmente favorável com espaço físico para distribuição de materiais e equipamentos, bem como o Município possui um Corpo Técnico adequado para cumprir todas as etapas de gerenciamento. A viabilidade orçamentária é caracterizada pelo detalhamento dos serviços e enquadramento destes nas bases de preço indicadas para entes públicos SINAPI e EMOP (Estado do Rio de Janeiro).

Valença 12 de janeiro de 2024

Marco Antonio Toledo dos Santos
Diretor do Departamento de Obras Conveniadas – Matrícula: 109967
Área Técnica – Gerência de Projetos

Paulo Sérgio Gomes da Graça
Secretário Municipal de Obras e Planejamento Urbano – Matrícula: 103462
Área Requisitante – Secretaria Municipal de Obras e Planejamento Urbano